

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM, é uma sociedade anônima de economia mista, constituída nos termos da Lei Estadual no. 3.093, de 18 de dezembro de 1972, e regida pelo seu Estatuto, pela Lei no. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pela Lei no. 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis. Tem sede e foro na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia e poderá, tendo em vista o seu objeto social, criar ou extinguir agências e filiais, departamentos ou escritórios administrativos, técnicos ou de representação dentro do Estado da Bahia ou fora dele.

A CBPM tem por objeto a pesquisa, a prospecção e qualquer forma de aproveitamento econômico de minérios, podendo:

- Prestar serviços técnicos e administrativos ao Estado da Bahia;
- Prestar assistência técnica e administrativa a mineradores particulares;
- Executar projetos próprios de pesquisa mineral;
- Executar a lavra, o beneficiamento e a comercialização de bens minerais, bem como o desempenho de atividades correlatas e/ou complementares, inclusive industriais, que se enquadrem nos seus objetivos.

Para consecução dos seus objetivos e suas finalidades a CBPM poderá:

- Requerer a autorização para pesquisa mineral;
- Requerer concessão para lavra das jazidas que ofereçam melhores possibilidades econômicas;
- Negociar com terceiros os direitos minerários de sua titularidade, sobretudo aqueles em fase de concessão de lavra, uma vez configurada a exequibilidade de seu aproveitamento econômico e conveniência financeira;
- Celebrar acordos e convênios de cooperação técnica ou financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

A Companhia é o agente indutor do desenvolvimento do setor mineral no Estado da Bahia. Sua atuação é centrada na ampliação e aprimoramento do conhecimento geológico do território baiano, na identificação e pesquisa de seus recursos minerais e no fomento ao seu aproveitamento, atraindo, para este fim, a iniciativa privada.



A Companhia volta-se, também, para a execução de ações de cunho social, em convênio com prefeituras, associações e companhias, disponibilizando para as administrações municipais informações sobre o aproveitamento dos bens minerais existentes, como fator de melhoria das condições de vida da população.

Atualmente as principais fontes de receitas da Companhia estão vinculadas:

- a) Ao Contrato de Arrendamento de Direito Minerários, subscrito com a empresa Atlantic Nickel Mineração Ltda, datado de 03 de março de 2008, relacionado à transferência de direitos minerários da jazida de minério de níquel. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2024, montou R\$29.160.724. (No exercício de 2023 este montante foi de R\$32.592.634.). A Atlantic Nickel exporta integralmente a sua produção, portanto, as receitas da CBPM em relação ao referido contrato estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio.
- b) Ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*, subscrito com a empresa Largo Vanádio de Maracás S.A., datado de 16 de setembro de 2013, relacionado à transferência de direitos minerários das jazidas de vanádio. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2024, montou R\$18.014.525 (No exercício de 2023 montou R\$23.221.361) Considerando que a Largo Vanádio de Maracás S.A. exporta quase que integralmente a sua produção, as receitas da CBPM, em relação ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties* mencionado, também estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio. A Largo Vanádio de Maracás é uma companhia controlada pela empresa canadense Largo Resources Ltd.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, com observância da NBC TG 1000 (R1). Aquelas aplicáveis de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. Políticas contábeis de transações irrelevantes não foram incluídas nas notas explicativas. As principais políticas aplicadas no preparo destas demonstrações contábeis estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As principais áreas que requerem maior nível de julgamento referem-se às provisões para perdas com devedores duvidosos e para contingências, e impostos diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados. A Administração, com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, avalia a necessidade de registrar provisões para contingências. O desfecho das causas judiciais e administrativas pode



resultar em efeitos diferentes daqueles previstos pela Administração na elaboração das demonstrações contábeis.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional adotada pela Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a Administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já que essa moeda é a que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida.

2.2 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata, ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, que são sistematicamente negociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando evitar eventuais perdas, bem como estabelecer o equilíbrio entre o capital de terceiros e capital próprio. Os ativos financeiros foram classificados consoantes a seguir: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – São os ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes a caixa e contas a receber de clientes. (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda – Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. (iii) Empréstimos e recebíveis – São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses, após a data das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método dos juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os passivos financeiros da Companhia estavam compostos por contas a pagar a fornecedores.

2.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição, que é inferior ao valor líquido de mercado. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.4 Investimentos

Os investimentos em sociedade controlada, quando aplicável, são avaliados pela equivalência patrimonial, as pequenas participações permanentes em outras empresas são registradas ao custo. Ambos estão ajustados, quando julgado necessário, por provisão para desvalorização de investimentos.



2.5 Imobilizado

O imobilizado está reconhecido pelo custo de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização acumuladas. Tais encargos são reconhecidos de forma a reduzir o custo ao valor dos ativos, com exceção dos terrenos, levando-se em consideração a vida útil estimada com base no método linear, conforme demonstrado a seguir:

- Edificações: 25 anos;
- Instalações, Móveis e utensílios, Aparelhos e Ferramentas: 10 anos;
- Veículos e Equipamentos de processamento de dados: 5 anos.

Ativos integrantes do imobilizado são baixados quando ocorre a alienação ou quando nenhum benefício econômico é esperado pelo uso continuado do bem. Os ganhos ou perdas oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado, são determinados pela diferença entre a receita auferida, quando aplicável, e o respectivo valor residual do ativo e reconhecidos no resultado do exercício. Dispêndios subsequentes a aquisição de um ativo imobilizado, somente são capitalizados quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia.

2.6 Intangíveis

Os ativos intangíveis reconhecidos pela Companhia estão representados, substancialmente, por ativos minerários em exploração, e no exercício de 2024 estão mensurados pelos custos incorridos com pesquisas minerárias, diminuído de exaustão acumulada. A exaustão é calculada com base nos prazos de vigência dos contratos de arrendamentos/*royalties* e apropriada ao resultado do exercício;

2.7 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. A receita compreende o valor presente de direitos oriundo de contratos de arrendamentos e de direitos a *royalties* e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade são transferidos para os clientes. A Companhia adota como política de reconhecimento da receita, portanto, a data em que os benefícios inerentes aos contratos de arrendamentos/*royalties* são entregues aos seus clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando é provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.8 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício, quando aplicável, compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações contábeis. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de imposto sobre a renda e da contribuição social, com relação às situações em que a regulamentação fiscal dá margem a interpretações. Reconhece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades



fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis e quando existem créditos fiscais sobre prejuízos acumulados.

2.9 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões se referem aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. As obrigações são atualizadas de acordo com a evolução e avaliação dos processos judiciais ou encargos financeiros incorridos e podem ser revertidas caso as estimativas de perdas não sejam mais prováveis, ou baixada quando as obrigações forem liquidadas.

Essas provisões, quando constituídas, encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, levando em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a Administração considera que tais provisões são suficientes para atender às perdas decorrentes relacionadas com os respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até transitar em julgado, quando não couberem mais recursos, ou quando da sua prescrição.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A Companhia declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1000(R1), subscrita pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da Companhia também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a Companhia não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação dos procedimentos previstos nessa norma contábil.

4. DISPONIBILIDADES – CONTA ÚNICA DO TESOURO

Descrição	2024	2023
Conta Única do Tesouro Estadual - F213	14.859.071	28.888.321
Conta Única do Tesouro Estadual –F 309	790	
Banco do Brasil S/A - 926506-6	-	8.197
Conta Única do Tesouro Estadual –F 626	1	218.692
Conta Única do Tesouro Estadual – F613	12.918.847	25.896.678
Conta Única do Tesouro Estadual –F 226	134.855	328.600
Conta Única do Tesouro Estadual –F 109	254.332	209.974
TOTAL	28.167.897	55.550.462

Correspondem aos recursos de liquidez imediata da Companhia, mantidos no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças “FIPLAN” do Governo do Estado da Bahia, sendo relativos: (a) saldos a executar pelos repasses das subvenções do Governo do Estado, e (b) *Royalties* creditados à Companhia, nos contratos de arrendamento existentes para exploração mineral.



5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	2024			2023
	A Vencer	Vencidas	TOTAL	TOTAL
Atlantic Nickel	6.728.940	49.349	6.778.289	2.187.837
Largo Vanádio de Manacás	1.718.661	2.059.337	3.777.998	3.404.596
Santa Luz Desenvolvimento Mineral	1.182.730	4.330	1.187.060	450.293
B4F Mineração do Brasil S/A	54.487	103.740	158.228	40.211
Lagoa Matérias Primas	2.064		2.064	75.161
Cia. Brasileira de Bentonita	125.200		125.200	107.788
Mosa Mineração do Oeste Ltda.			-	6.555
Telhaforte Ltda.	3.392		3.392	3.504
Indústria de Cerâmica Pérola Branca	1.850		1.850	1.134
M.M. Pedras Ltda. (Pedreira Petrolina)			-	21.939
Pedreira Santa Tereza	4.688		4.688	6.847
Céramus Bahia S/A	6.492		6.492	72
Mineração Caiçara			-	46.918
Guidoni Ornamental Rocks			-	1.117
Portsmouth Participações Ltda.	1.231.768		1.231.768	970.890
Envirometals Participações			-	23.083
Six Hands Engenharia			-	1.631.505
Pedra Cinza		10.083	10.083	10.083
Bahia Nickel			-	953.020
Subtotal: circulante	13.119.609	2.226.839	13.287.110	9.798.533
Subtotal: não circulante*			2.704.612	144.018
Total	13.119.609	2.226.839	15.991.722	9.942.551

(*Ver nota explicativa 11)

6. CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS

Descrição	2024	2023
Adiantamento de Férias	439.219	724.211
Adiantamento a Funcionários	25.871	24.685
Total	465.090	748.896

Os adiantamentos de férias concedidos aos funcionários, serão compensados quando da concessão dos direitos ao gozo das férias para esses funcionários.

Os adiantamentos a funcionários referem-se a saldo negativo gerado na folha de pagamento.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Descrição	2024	2023
Impostos a Restituir – Riosam	102.553	100.345
INSS a Compensar	77.012	52.510
INSS A RESTITUIR	29.743	27.618
Imposto de Renda, Pis e Cofins a Recuperar	4.140	47.217
Imposto de Renda a Recuperar	-	1.460.460
Contribuição Social a Recuperar	-	537.356
Total	213.448	2.225.505

Refere-se a tributos e contribuições passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, atualizados de acordo com a legislação vigente.

8. OUTROS VALORES A RECEBER

Descrição	2024	2023
INSS a Regularizar	228.433	176.745
PIS/COFINS/CSLL a regularizar	89.073	-
FGTS a Restituir	3.476	-
Outros Valores	6.839	-
FGTS a Ressarcir – Empregados	10.411	10.411
Imposto de Renda Retido a Regularizar	561.694	612.534
Total	899.926	799.690

Os valores de IRRF a INSS a Regularizar referem-se à quitação de INSS sobre folha de pagamento de salários, autônomos, e retido de pessoas jurídicas, cujas notas de ordens bancárias já foram emitidas, porém não foram feitas as autenticações dos DARFs por parte do banco, tendo a Companhia mantido os valores correspondentes às obrigações no passivo circulante. Após as comprovações dos pagamentos das guias, esta conta é baixada contra o passivo.

9. DEPÓSITOS RECURSAIS E CAUÇÕES

Descrição	2024	2023
Cauções	2.330.180	2.332.538
Depósito Recursal	6.839.909	6.315.944
Total	9.170.089	8.648.482

Os depósitos judiciais e cauções realizados pela Companhia estão relacionados com processos judiciais nas áreas trabalhista e cível. Com base no posicionamento da assessoria jurídica, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, provisões para perdas prováveis com esses processos, em montante considerado suficiente para cobrir os riscos reais de perdas (ver nota explicativa 20).



10. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Descrição	2024	2023
CSLL Diferida	12.234.279	12.234.279
IRPJ Diferido	33.984.107	33.984.107
Total	46.218.386	46.218.386

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu em seu ativo realizável a longo prazo os créditos fiscais referentes ao imposto de renda e a contribuição social sobre os prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias, no montante de R\$ 46.218.386. Esse procedimento que foi adotado com a observância do Pronunciamento Técnico CPC 32 e está sustentado na expectativa de realização futura desses créditos fiscais com lucros tributáveis dentro dos próximos dez anos. Essa decisão da Administração da Companhia está sustentada no histórico de lucros obtidos nos últimos três exercícios e em provável expectativa de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade que indica a realização do ativo diferido contabilizado no mencionado prazo.

11. CONTAS A RECEBER DE LONGO PRAZO

Descrição	2024	2023
SIX HANDS ENGENHARIA	1.685.746	-
BAHIA NICKEL	870.091	-
LAGOA MATERIAS PRIMAS	79.919	75.161
MINERACAO CAICARA	46.918	46.918
PEDREIRA PETROLINA (M & M PEDRAS)	21.939	21.939
Total	2.704.612	144.018

Os créditos a receber da Six Hands Engenharia e Bahia Nickel referem-se a prêmio de oportunidades por assinatura de contrato de pesquisa complementar e promessa de pagamento de royalties, e estão aguardando definição se serão quitados em moeda corrente ou através de dação de bens como forma de pagamento.

12. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	2024	2023
Camaleão Mineração Ltda. a)	1.608.455	1.608.455
Indústria de Calcário Sublime S/A b)	591.871	591.871
(-) Camaleão Mineração Ltda. a)	(1.608.455)	(1.608.455)
(-) Industria de Calcário Sublime b)	(591.871)	(591.871)
Ouro Não Beneficiado	355.242	218.802
Obrigações da Eletrobrás	43.383	43.383
Diamante Bruto	718	562
Total	399.344	262.747

Os créditos a receber junto às empresas Camaleão Mineração Ltda. e Industria de Calcário Sublime, relativos a anos anteriores, estão com reconhecimento de provisão para perdas na totalidade dos valores envolvidos, considerando os riscos de não realização, em virtude dos processos judiciais em curso, quais sejam:



- a) Camaleão Mineração Ltda.: Ação judicial ingressada em 30.11.2016, processo 057881832.2016.8.05.0001;
- b) Indústria de Calcário Sublime S.A.: Ação judicial ingressada em 29.03.1996, processo 0009710-2.2006.8.05.0001.

13. CONVÊNIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS

Descrição	2024	2023
Convênios com Prefeituras e Associações	1.414.755	1.414.755

Essa conta registra os recursos de subvenções recebidas do Estado da Bahia para aplicação em convênios com terceiros, para implantação de núcleos, e foram repassados às entidades conveniadas, principalmente prefeituras e associações. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 totalizava 22 convênios registrados e com saldos na contabilidade da Companhia, pendentes de homologação das respectivas prestações de contas, sendo:

Órgãos	Nº de Convênios
Prefeituras municipais	08
Associações	13
União Cultural	01
TOTAL	22

As prestações de contas desses convênios são acompanhadas pela Companhia e pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia - TCE. A situação em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tem a seguinte posição:

Situação em 31.12.2024	Nº.
Convênios enviado a TCE	03
Desaprovado pela TCE	01
Ajuizados pelo CBPM	14
Convênios em análises	04
TOTAL	22

14. INVESTIMENTOS

Descrição	2024			2023
	Custo Histórico	(-) Provisão para perdas	Líquido	Líquido
14.1 Participações Societárias				
<i>Participação em Coligadas e Controladas</i>				
Utinga Mineração Ltda.	53.616	-	53.616	53.616
<i>Participação em Outras Empresas</i>				
Largo Vanádio de Manacás S/A	561.454	(173.997)	387.457	540.814
Finor	16.124	-	16.124	16.124
Copernorte	12.296	(12.296)	-	-
Kordsa Brasil S/A (antiga Cobafi)	11.876	-	11.876	10.491
Bahiatura	4.094	(4.094)	-	-
Minerais Industriais do Nordeste	246	(246)	-	-
Prodeb	242	-	242	195
Embraer	10	-	10	10
Copene	9	-	9	9
Sub-total	959.968	(190.633)	469.335	621.259
14.2 Propriedades para Investimento				
Terreno em Lençóis	42.500	-	42.500	42.500
Fazenda Jurema Leste	28.127	-	28.127	28.127
Fazenda Samambaia	16.876	-	16.876	16.876
Fazenda Brejo do Mamoeiro	9.281	-	9.281	9.281
Fazenda Brejo	3.516	-	3.516	3.516
Obras de Arte	5.400	-	5.400	5.400
Sub-total	105.700	-	105.700	105.700
TOTAL	765.668	(190.633)	575.035	726.960

14.1 Participações societárias

As participações societárias, quando aplicável, estão demonstradas com o ajuste pela equivalência patrimonial.

A Companhia é controladora da empresa Utinga Mineração Ltda., que se encontra com suas atividades paralisadas desde janeiro de 1975.

A CBPM participa no capital social da Largo Vanádio de Maracás S/A, com a qual mantém um Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*, que representa uma das maiores fontes de receita da Companhia.

14.2 Propriedades para Investimento

Imóveis próprios não de uso e obras de arte estão mensurados em conformidade ao CPC 28 - Propriedade para Investimento, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC



TG 28 (R3), que determina esses registros no grupo de contas de investimentos, totalizando R\$105.700. A valoração das propriedades para investimento considera o custo histórico de aquisição, sem ajustes decorrentes de encargos de depreciação.

15. IMOBILIZADO

REFERÊNCIA	2024			2023
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	3.291.831	-2.591.563	700.268	767.798
Terrenos	697.449	-	697.449	697.449
Aparelhos e Ferramentas	5.868.128	-3.107.957	2.760.170	2.653.033
Veículos	581.000	-581.000	0	83.325
Instalações	2.657.574	-2.482.172	175.402	212.520
Equipamentos de Informática	2.743.550	-2.232.537	511.014	516.839
Móveis e Utensílios	1.332.286	-1.136.977	195.310	105.573
Litoteca e Outros	530.840	-503.857	26.983	26.983
Total	17.702.658	-12.636.063	5.066.596	5.063.520

A movimentação do ativo imobilizado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é demonstrada a seguir:

	Saldos	Adições	(-) Baixas	Depreciação	(+) Baixa de depreciação	Saldo
	Líquidos					Líquidos
	31/12/2023					31/12/2024
Edificações	767.798	-	-	-48.083	-	719.715
Terrenos	697.449	-	-	-	-	697.449
Aparelhos e Ferramentas	2.653.033	469.602	-18.903	-361.816	18.254	2.760.170
Veículos	83.325	-	-351.085	-84.437	352.197	-
Instalações	212.520	-	-	-56.565	-	155.955
Equipamentos de Informática	516.839	193.110	-	-198.935	-	511.014
Móveis e Utensílios	105.573	111.681	-17.774	-20.411	16.241	195.310
Litoteca e Outros	26.983	-	-	-	-	26.983
Total	5.063.520	774.394	-387.762	-770.248	386.692	5.066.596

16. INTANGÍVEL

REFERÊNCIA	2024			2023
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldos Líquidos	Saldos Líquidos
Software e Marcas	2.220.491	(2.206.838)	13.653	-
Ativos Minerários em Exploração	19.409.007	(15.897.432)	3.511.575	4.855.253
TOTAL	21.629.498	(18.104.270)	3.525.228	4.857.971

Os Ativos Minerário em Exploração apresentam o saldo de direitos minerários em processo de exploração por terceiros, mediante contratos de arrendamentos/*royalties*, com a transferência, pela Companhia, dos direitos de exploração das jazidas prospectadas, enquanto o direito minerário permanece sendo propriedade da Companhia, que corresponde, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, aos valores de R\$ 3.511.575 e R\$ 4.855.253, respectivamente.

Os custos dos ativos minerários em exploração são apropriados ao resultado mediante o procedimento de exaustão.

A movimentação dos ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é demonstrada a seguir:

Descrição	Intangível			Intangível 31/12/2024	Amortização e Exaustão 31/12/2023	Adições (Amortização, Exaustão e reclassificação)	Saldo 31/12/2024
	Saldo 31/12/2023	Adições	(-) reclassificação e baixa				
<i>Ativos minerários:</i>							
. Em exploração	19.409.007	-	-	19.409.007	-14.553.754	-1.343.679	3.511.575
Softw ares	2.206.294	12.832	-1.600	2.217.526	-2.206.294	0	11.232
Marcas/patentes	2.965			2.965	-247,1	-296,52	2.421
Total	21.618.266	12.832	-1.600	21.629.498	-16.760.295	-1.343.975	3.525.228

Exaustão:

A exaustão sobre os ativos minerários em exploração é apurada e apropriada ao resultado de acordo com os prazos de exploração de cada jazida mineral, constantes dos respectivos contratos de arrendamentos/*royalties*.

Teste de recuperação de ativos (“*Impairment*”):

A Companhia procedeu, para a data-base de 31 de janeiro de 2022, a análise sobre a recuperação dos valores registrados no seu ativo imobilizado e ativo intangível (*impairment test*), através de empresa especializada contratada. A avaliação foi efetuada considerando o valor recuperável pelo valor de custo, ou seja, determinando o valor recuperável resultante de uso dos bens que apresentou resultado maior do que o registrado na contabilidade, e teste pelo método de fluxos de caixa descontado, não reconhecendo nenhum ajuste contábil. Para a verificação do *impairment*



segundo as regras do IAS 36, comparou-se o valor contábil líquido com o fluxo de caixa descontado. Nesse caso, também, o valor contábil foi menor que o fluxo de caixa futuro descontado, não havendo ajustes a serem considerados, conforme Laudo de Avaliação.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	2024	2023
ANM – Taxa Anual de Pesquisa	1.852.399	-
Cofins	651.290	52.669
Pasep a Recolher	140.914	11.331
ISSQN a Recolher	1.649	12.334
Retenções na Fonte	597.737	625.932
Total	3.243.989	702.264

O valor de R\$597.738 refere-se às obrigações relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, apropriadas em conformidade à legislação vigente, e com previsão de recolhimento no mês de janeiro de 2025. Parte deste valor corresponde às obrigações vencidas entre os meses de junho e de dezembro, resultantes de falha na integração do sistema da folha de pagamento com o E-Social. Já o valor de R\$1.852.399 refere-se à taxa anual por hectare a pagar à Agência Nacional de Mineração instituída pela Lei nº 7.886, de 20 de novembro de 1989, e é devida enquanto a Autorização de Pesquisa estiver válida.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2024	2023
INSS a Recolher	874.205	876.277
INSS Retido	25.924	27.547
INSS Autônomos	36.471	24.219
FGTS a Recolher	185.054	36.413
Total	1.121.654	964.456

O valor de R\$ 874.205 de INSS a recolher corresponde às obrigações sociais, apropriadas em conformidade à legislação vigente, e com previsão de recolhimento de grande parte desse valor no mês de janeiro de 2025, sendo que o valor de R\$ 286.484 referente às obrigações sociais vencidas entre os meses de dezembro de 2021 até novembro de 2024, resultantes de falha na integração do sistema da folha de pagamento com o E-Social.

19. PROVISÃO DE FÉRIAS

Descrição	2024	2023
Férias e Encargos Sociais	2.422.475	2.873.879



O saldo de férias a pagar inclui a obrigação vencida e proporcional, inclusive adicional de 1/3 previsto na Constituição Federal, e encargos sociais sobre os valores apropriados, devidos até o encerramento dos exercícios.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

Descrição	2024	2023
Indenizações a Pagar - Processos Trabalhistas	5.724.746	4.731.661
Indenizações a Pagar – PIDV	13.978.337	30.754.523
	19.703.083	35.486.184

A Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos trabalhistas, para os quais vem apresentando defesas e recursos cabíveis, sendo que alguns desses processos não apresentam, nesse momento, uma definição clara quanto aos seus desfechos.

Com base nas avaliações e informações fornecidas pelos responsáveis da Assessoria Jurídica da Companhia, que identificou e avaliou os processos com expectativas de perdas prováveis e de perdas possíveis, a Administração provisionou em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$19.703.083, e em 31 de dezembro de 2023, o valor dessa provisão montou R\$ 35.486.184, composto, principalmente, por reivindicações de colaboradores que aderiram ao Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV, cujos processos, em 31 de dezembro de 2024, foram avaliados pela Assessoria Jurídica da Companhia como perdas prováveis.

Além desses processos, cujas perdas foram avaliadas como prováveis, a Companhia se defende judicialmente de outros litígios, cujas avaliações dos Assessores Jurídicos foram classificadas como de perdas possíveis. São 14 processos enquadrados nessa classificação, cujo valor total das causas monta R\$5.896.790.

21. SUBVENÇÕES – CUSTEIO E IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS

Descrição	2024	2023
Implantação de Núcleos	1.414.756	1.414.756

Refere-se a subvenções repassadas pelo Governo do Estado da Bahia, para implantação de núcleos ligados aos artesanatos de minérios e para custeio, registradas em contas ativas e passivas conforme mencionados na nota explicativa nº 13.

As obrigações da Companhia, decorrentes desses recursos recebidos, são relativas ao recebimento das prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, e homologação das mesmas, com disponibilização da documentação correspondente ao Tribunal de Contas do Estado. A obrigação passiva junto ao Governo do Estado decorre das pendências de apresentação das referidas prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, para posterior homologação.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social

Acionistas	Participações %	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	TOTAL
Governo do Estado da Bahia	99,991387	79.995.026	19.996.361	99.991.387
COELBA	00,004288	2.144	2.144	4.288
CPRM	00,002830	2.830	-	2.830
Pessoas físicas	00,001495	-	1.495	1.495
Total	100,000000	80.000.000	20.000.000	100.000.000

O Capital Social é de R\$100.000.000 é representado por 100.000.000 de ações nominativas no valor nominal de R\$1 cada, sendo 80.000.000 de ações ordinárias e 20.000.000 de ações preferenciais.

Cada ação dá ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais não ensejam direito a voto, mas lhes são assegurados dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o lucro líquido, bem como prioridade na distribuição e no reembolso do capital social, pelo seu valor nominal, em caso de dissolução ou liquidação da Companhia.

É assegurado ao Governo do Estado da Bahia subscrever isoladamente ou em conjunto com entidades estaduais da administração indireta, um mínimo de 51% do capital social com direito a voto.

22.2 Prejuízos Acumulados

Descrição	2024	2023
Prejuízos de Exercícios Anteriores	(6.329.330)	(8.133.319)
Resultado do Exercício	(10.532.826)	1.803.989
Total	(16.862.156)	(6.329.330)

23. TOTAL DA RECEITA BRUTA

DESCRIÇÃO	2024	2023
Receitas de Arrendamento/ <i>royalties</i>	62.245.346	67.637.164
Levantamento Aerogeofísico/Venda de Editais	337.740	602.909
Prêmio de Oportunidades	500.000	1.600.437
Total	63.083.085	69.840.510

24. IMPOSTOS

DESCRIÇÃO	2024	2023
COFINS – Faturamento	(4.794.314)	(5.307.879)
PASEP	(1.040.871)	(1.152.368)
ISS	(16.887)	(30.145)
Total	(5.852.072)	(6.490.392)

25. CUSTOS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Exaustão de Jazidas	(1.343.679)	(1.325.538)
Custos dos Serviços Prestados		(111.371)
Total	(1.343.679)	(1.436.909)

A despesa com exaustão de jazidas no exercício de 2024, está representada pela amortização das jazidas minerárias responsáveis pela geração de receitas de royalties para a Companhia.

26. ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Salários e Adicionais	9.102.998	10.452.069
Encargos Sociais	5.394.187	7.919.472
Serviços de Terceiros – Outros	10.863.913	5.947.764
Benefícios	3.898.836	3.568.282
Honorários com Encargos	1.948.995	1.830.497
Indenizações Trabalhistas	20.954.852	5.599.646
Despesas Gerais e Consumo	1.358.778	1.088.234
Tarifas	429.044	388.172
Despesas com Veículos	216.761	150.052
Total	(54.168.364)	(36.944.188)

27. GASTOS COM PESQUISA MINERAL

Descrição	2024	2023
Salários e Adicionais	7.355.722	7.799.140
Encargos Sociais	4.026.388	4.451.337
Serviços de Terceiros - Outros	17.818.912	14.878.524
Despesas Gerais e Consumo	1.548.321	1.388.510
Despesas com Veículos	390.538	309.040
Total	(31.139.881)	(28.826.551)



28. TRIBUTÁRIAS

Descrição	2024	2023
AMN (DNPM) – Taxa para Autorização de Pesquisa	4.656.663	1.010.382
IPTU	165.639	532.533
COFINS sobre Receitas Financeiras	40.335	24.183
Custas Processuais	5.441	46.361
PIS/PASEP sobre Receitas Financeiras	6.554	3.930
CREA	13.995	10.242
Taxa Diversas	21.815	14.825
TFF	2.375	1.604
ITR	805	805
Licenciamento de Veículos	-	948
Outros	-	446
Total	(5.246.622)	(1.646.258)

29. DESPESAS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Descrição	2024	2023
Reversão de Provisões Indenizações Trabalhistas	20.135.884	9.342.862
Recuperação de Despesas	115.755	693.512
Participação Societária Positiva	1.433	40
Provisão para Devedores Duvidosos	(1.199)	(12.739.544)
Participação Societária Negativa	(153.358)	(21.132)
Provisão Indenizações Trabalhistas	(4.352.783)	(41.729.857)
Outras Despesas Operacionais	(274)	(1973)
Dividendos	26.206	-
Outros	(21.244)	(3.564)
Total	15.750.440	(44.459.656)

30. SUBVENÇÕES

DISCRIÇÃO	2024	2023
Subvenções para Custeio	8.346.555	6.087.024

Essas subvenções são previstas no orçamento fiscal da Companhia, que integra o orçamento fiscal do Estado da Bahia, sócio controlador, sendo esses recursos recebidos para executar despesas orçadas pela Companhia, através do sistema integrado do Estado da Bahia (FIPLAN).

31. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2024	2023
Receitas Financeiras	1.008.380	604.587
Correção Monetária Ativa	77.748	10.984
Juros sobre Depósitos Recursais/Cauções	362.734	426.887
Juros sobre Tributos a Compensar/Restituir	172.768	9.041
Multas Recebidas	217.220	144.225
Juros Recebidos	9	138
Outras Receitas Financeiras	177.902	13.312
Despesas Financeiras	338.379	48.109
Multas de Mora	(10.770)	(18.287)
Varição Monetária Passiva	(271.234)	(16.246)
Juros de Mora	(51.078)	(8.780)
Despesa Bancária	(4.162)	(4.410)
Outras Despesas Financeiras	(1.135)	(386)
Resultado financeiro	(670.002)	(556.478)

32. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no lucro real, por intermédio do levantamento de balancete de suspensão. A suspensão ou redução do pagamento do imposto devido mensal será factível a partir do instante em que se obtenha a comprovação por intermédio de balancetes mensais internos, que o montante dos tributos a pagar já tenha sido integralmente pago. De acordo com a legislação fiscal, é possível que haja lucro tributário mesmo que o resultado contábil seja adverso.

O IRPJ e a CSLL diferidos são referentes a prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores, e de provisões. Tal montante refere-se à expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis dentro dos próximos dez exercícios sociais.

33. SEGUROS CONTRATADOS (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas pela administração da Companhia, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes com base em 31 de dezembro de 2024, são demonstrados a seguir:



Bens segurados Riscos cobertos Montante da cobertura:

Referência/cobertura	Valor
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	10.030.000
Danos elétricos	500.000
Subtração de bens	10.000
Danos Externos	500.000
Quebra de vidros	200.000
Recomposição de registros e documentos	10.000

34. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir a liquidez das suas operações e manter o seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimentos em prazos inferiores a doze meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo o seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outro instrumento especulativo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

a) Risco de crédito – A política de arrendamentos dos direitos de exploração de recursos minerais da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento dos valores a receber por arrendamentos e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes é inexistente, haja vista que esses recursos são mantidos em Conta Única do Tesouro do Estado da Bahia.

b) Risco de liquidez – A área financeira da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para a administração do capital circulante é mantido em Conta Única do Tesouro Estadual. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha na Conta Única do Tesouro Estadual montante considerado pela sua Administração, suficientes para a pronta geração de entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Luís Otávio da Silva Borges
Diretor Administrativo Financeiro

José Zilfredo Santana Lima
Contador – CRC-BA 010901/0-9

